

編號：第 970/2019 號 (刑事上訴案)

上訴人：A(A)

日期：2019 年 9 月 26 日

主要法律問題： 假釋

摘 要

上訴人被判刑的兩案所觸犯的公務上之侵占罪及相當鉅額詐騙罪，涉及多項侵犯他人財產的犯罪，且犯罪性質惡劣，情節嚴重，以及有關罪行對社會安寧及法律秩序造成嚴重的負面影響。因此，對上訴人的提前釋放將損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望。此外，近年來非本澳人士在澳從事犯罪活動屢見不鮮，因此一般預防的要求亦須相對提高。

在服刑期間，上訴人曾違反監獄紀律的紀錄。上訴人近一年的表現雖然有所改善，獄方對其行為的總評價為“良”，結合上訴人所犯的多項嚴重罪行的背景，僅憑上訴人近年在服刑期間的表現並不足以使法院就上訴人提前獲釋後能否誠實生活不再犯罪作出有利的判斷，法院仍需更多時間觀察上訴人的行為。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 970/2019 號 (刑事上訴案)

上訴人：A(A)

日期：2019 年 9 月 26 日

一、 案情敘述

初級法院刑事起訴法庭在 PLC-263-15-1º-A 卷宗內審理了被判刑人 A 的假釋個案，於 2019 年 7 月 31 日作出裁決，不批准其假釋。

被判刑人不服，向本院提起上訴，並提出了以下的上訴理由（結論部分）：

1. 經過接近三年多的牢獄生涯，上訴人已獲得應有之懲罰並已深切反省，上訴人對之前所犯的罪行感到十分後悔，請求獲得寬恕和給予改過自身的機會。
2. 負責撰寫是次假釋報告的技術員對上訴人評價正面，且建議給予上訴人假釋的機會，讓其早日重返社會；
3. 根據卷宗的資料可見，i)上訴人於服刑期間報讀語文及英文小學回歸教育課程，另其曾於 2016 年 5 月至同年 6 月參與獄中的派發包頭及走火樓梯清潔的職業培訓。上訴人將按家人的安排在一服裝公司擔任業務經理的工作；ii)透過信函表示對於因欲賺快錢繼而聽從損友的意見而犯下之罪行深成後悔，並已作出深

刻反省。承諾出獄後會以分期方式向受害人作出賠償； iii)於服刑期間，上訴人姐姐及朋友會間中來澳探望上訴人，上訴人家人不離不棄的支持使囚犯感到愧疚。

4. 澳門監獄長給予上訴人的假釋申請否定性意見。
5. 監獄社會援助、教育及培訓處技術員的假釋報告，建議可考慮給予上訴人假釋。
6. 檢察官閣下給予上訴人的假釋申請否定性意見。
7. 就特別預防方面，從上訴人在獄中的表現來看，上訴人自從服刑以來，表現穩定及有反思的態度，對所犯下的過錯亦感到後悔。上訴人在服刑期間，一直積極參與獄中課程及職業培訓，以及獄內的宗教活動，期望能夠與家人早日團聚。這說明，上訴人在服刑期間的表現顯示出他在人格方面的演變已經有良好的質變。
8. 在該違規事件後，上訴人就沒有再有任何的違規行為，嚴格遵守獄規。同時，上訴人在服刑期間行為的總評價維持於“良”，亦顯示上訴人仍然存在守法意識，表現整體上為良好。
9. 從上述各跡象可見，上訴人在人格方面的演變仍屬正面，積極參加培訓為自己創造更好條件重返社會，以負責任的方式生活，也就是說上訴人符合犯罪的特別預防要件。
10. 就一般預防方面，上訴人獲判五年三個月的實際徒刑，服刑已超過三分二，客觀上已足以回應立法者對違令罪及協助罪規定嚴厲刑罰及服刑的要求，相關的監禁已足以回應社會普遍市民對該類犯罪的囚犯服刑期間的適宜性的考慮，滿足了社會大眾對法律及刑罰效力的期望。
11. 因此，上訴人不能同意原審法庭以提早釋放上訴人將引起相當

程度的社會負面效果，妨礙公眾對社觸犯的法律條文之致力所持有的期望，而認為提前釋放上訴人將有礙法律秩序的權威及社會的安寧。

12. 上訴人在申請是次假釋時，已對之前所犯的罪行感到十分後悔，在出獄亦將返回原居地擔任業務經理工作，對澳門社會不會構成負面影響。
13. 綜上所述，上訴人在犯罪的一般預防方面亦能得出對他的提前釋放有別的結論，我們相信，假若提早釋放，不會對維護法律秩序和影響社會安寧造成威脅而使公眾在心理上無法承受以及對社會秩序產生一種衝擊等負面因素，也就是說上訴人亦符合犯罪的一般預防要件。
14. 因此，我們認為上訴人的假釋申請已符合《刑法典》第 56 條第 1 款之規定，具備了假釋的條件，其上訴應理由成立，而否決假釋的裁決亦應予以撤銷。

綜上所述，請求中級法院法官閣下：

基於本上訴所針對的批示違反了《刑法典》第 56 條第 1 款之規定，判上訴理由成立而廢止原審法官的裁判並裁定批准上訴人之假釋申請。

檢察院對上訴作出了答覆，並提出有關理據。²

²其葡文內容如下：

1. O trajecto e evolução do recluso, durante o cumprimento de pena, em termos de comportamento personalidade e orientação da sua vida, estão reportado nos autos através dos pareceres do Técnico de Reinserção Social e Director do Estabelecimento Prisional.
2. A fls 164 a 164 verso, emitiu o Ministério Público o seu parecer desfavorável à concessão da liberdade condicional à recorrente.
3. A liberdade condicional tem como finalidade a criação de um período de transição entre a prisão e a liberdade, para readaptação do delinquente à vida em sociedade, dado tempo e os efeitos da reclusão. Resumindo a sua «finalidade específica é de prevenção especial positiva o de socialização».

-
4. O art. 56º, do C. Penal estabelece, portanto, os requisitos, formais, da sua concessão.
 5. Todavia, a sua concessão, por outro lado, comporta pressupostos, de natureza substancial, ou seja, que fundadamente, seja de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução deste durante a execução da pena de prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável e sem cometer novos crimes.
 6. E a questão essencial reside em saber se estão preenchidos estes pressupostos de natureza substancial.
 7. A efectiva reinserção social do condenado, isto é, condução da vida, em liberdade, de modo socialmente responsável e sem o cometimento de novos crimes, é o propósito da liberdade condicional, e essa finalidade é conseguida, através da análise das circunstâncias do caso do passado do condenado, da sua personalidade, do seu desenvolvimento, no decurso da execução da pena de prisão.
 8. Acresce que, a lei impõe, ao ponderar a possibilidade de concessão da liberdade condicional, a exigência de precaver a operatividade da prevenção geral positiva instituindo que a mesma serve a defesa da sociedade.
 9. No caso em apreço, o recluso cumpre a pena de cinco (5) anos e três (3) meses de prisão pela prática de sete crimes de burla e dois crimes de peculato.
 10. Terminará o cumprimento da mesma em 1 de Maio de 2020 e é a terceira vez que lhe é apreciada a liberdade condicional.
 11. É solteiro, oriundo de uma família do continente, o pai já faleceu a mãe está aposentada e tem uma irmã casada.
 12. Em caso de libertação irá viver no meio de origem com a sua mãe e tem uma proposta de trabalho numa firma de consultadoria financeira.
 13. O seu modo de vida anterior revela hábitos de jogar nos casinos e vício do jogo.
 14. É primário e diz que está arrependido.
 15. Tem participado em algumas actividades ocupacionais e tem visitas dos familiares.
 16. Mereceu parecer desfavorável do Técnico de Reinserção Social e do Director do E.P. conforme reportam os autos.
 17. Constitui jurisprudência firme que a concessão da liberdade condicional depende do preenchimento cumulativo de todos os pressupostos, quer formais quer substanciais, consignados no art.56º do CPM, bastando a não verificação de qualquer um para se negar o pedido de liberdade condicional (a título exemplificativo, Acórdão do TSI no Processo n.º 195/2003).
 18. Na hipótese dos autos está-se perante crimes, que pela sua natureza, geram insegurança e alarme social, e como se pode ler do Acórdão deste T.S.I., de 3-3-2005 Proc.nº22/2005, “a gravidade do crime e demais circunstancialismo envolvente, deve ser projectado sobre própria evolução da sociedade de forma a apurar se a própria está apta a integrar e aceitar a libertação do condenado.
 19. Importa pois acautelar a sua repercussão, o que equivale a dizer que não podem ser postergadas as exigências de tutela do ordenamento jurídico; (cfr., F. Dias in “Dito Pena Português - As Consequências Jurídicas do Crime”, pág 528 e segs.), havendo igualmente que salvaguardar a confiança e as expectativas da comunidade no que toca à validade da norma violada através do “restabelecimento da paz jurídica comunitária abalada”; (cfr., F. Dias in “Tema Básicos da Doutrina Penal”, pág. 106).
 20. Ainda, perante os elementos constantes dos autos, no decurso da execução da pena, em 5 de Fevereiro de 2018, a recluso infringiu culposamente os deveres que lhe foram impostos, cuja conduta contrariou a ordem da disciplina do E.P. e as finalidades da execução, tendo

-
- sido punido em 30 dias, factos que nos impedem de formular de forma segura um juízo de prognose favorável no sentido de que a recorrente conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável e sem cometer novos.
21. Para que o tribunal possa fazer um juízo de prognose , favorável no sentido de que o recorrente se irá comportar de modo socialmente responsável e sem cometer crimes, é indubitavelmente, a evolução do seu comportamento durante a execução da pena e o seu profundo arrependimento, pois só isso garantirá, com um mínimo de segurança, uma aptidão séria para a mudança, sendo certo que da conduta do recorrente resulta, pois, à evidência que o mesmo necessita de consolidar a sua motivação e de desenvolver estratégias de adequação às normas sociais.
 22. E não sendo possível ajuizar positivamente sobre um futuro comportamento normativo do recluso, não é possível, em consequência, libertá-lo condicionalmente.
 23. Atendendo aos crimes praticados, a medida concreta da pena aplicada, a personalidade e a sua evolução durante execução da pena, entendemos que o recorrente carece de mais tempo de prisão, de modo a que pena produza o seu efeito inibitório de evitar que volte a delinquir, isto é, que reforce, pela consolidação de competências pessoais e meio prisional e provimento de modo mais consistente das suas necessidades de reinserção social, as naturais contra-motivações éticas no sentido do respeito pela lei e o direito
 24. É perfeitamente justificado afirmar-se que os factos provados não permitiam formular o juízo de prognose favorável no sentido de que o recluso conduziria a sua vida de modo socialmente responsável e sem cometer novos crimes.
 25. Importa, ainda, recordar que a liberdade condicional não é uma medida de clemência ou de recompensa por mera boa conduta prisional e serve na política do CPM um objectivo bem definido: o de criar um período de transição entre a prisão e liberdade, durante o qual o recluso possa equilibradamente recobrar o sentido da orientação social fatalmente enfraquecido por efeito de reclusão (Acórdão d TSI no Processo nº 50/2002).
 26. Por todo o exposto, mostra-se especulativo aferir-se que o recorrente já está corrigido e que, uma vez em liberdade conduzirá a sua vida de um modo socialmente responsável sem cometer crimes, considerando-se preenchidos os requisitos necessários a uma adequada reintegração social (Ac.s proferidos nos processos nº 47/2005, nº 159/2005 e nº134/2005, de 18-3-2005,28-7-2005 e 15-9-2005).
 27. E, neste contexto, foi apreciada e negada a concessão da liberdade condicional, levando a considerar que o recorrente ainda não é merecedor da confiança da sociedade e que a sua libertação antecipada se revela incompatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.
 28. Por tudo o que deixamos dito e não obstante s militarem nos autos, umas circunstâncias favoráveis ao recorrente, na esteia da jurisprudência, entendemos não ter havido violação de quaisquer preceitos legais ou pressupostos processuais e aderimos à posição do MM. Juiz.
 29. O MM. Juiz “a quo” formou juízo de convicção correcto quanto a nós, e decidiu negar a concessão d liberdade condicional ao recorrente.

Em conclusão:

Pelo exposto, entendemos não terem sido violados quaisquer preceitos do artº56º, doC.P.M.

Pelo que, negando-se provimento ao recurso e confirmando-se a decisão recorrida, se fará como sempre a habitual JUSTIÇA!

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，認為上訴人現階段尚未具備法定的假釋條件，所以上述理由不成立，應作出維持否決假釋申請的決定。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案中的資料顯示，下列事實可資審理本上訴提供事實依據：

1. 於 2015 年 10 月 9 日，在初級法院第二刑事法庭合議庭普通訴訟程序第 CR2-15-0108-PCC 號卷宗內，上訴人被裁定以直接共犯、既遂及連續犯方式觸犯兩項《刑法典》第 340 條第 1 款配合第 336 條第 2 款 c)項及第 29 條第 2 款所規定及處罰的「公務上之侵占罪」，經結合同一法典第 66 條第 2 款 c)項以及第 67 條 a)項及 b)項所規定之特別減輕情節，每項被判處一年六個月徒刑，兩罪競合，上訴人合共被判處兩年實際徒刑（見徒刑執行卷宗第 4 至 11 頁）。
2. 於 2016 年 10 月 11 日，上訴人於初級法院第二刑事法庭合議庭普通訴訟程序第 CR2-16-0132-PCC 號卷宗內，被裁定以直接共犯及既遂方式觸犯十項《刑法典》第 211 條第 1 款及第 4 款 a)項所規定及處罰的「相當鉅額詐騙罪」，每項被判處以兩年六個月徒刑，十罪競合，上訴人合共被判處四年六個月實際徒刑，以及須與同案其他被判刑人以連帶責任方式向被害實體支付港

幣 6,410,000 元的賠償金；此外，徒刑刑罰與上述第 CR2-15-0108-PCC 號卷宗所判處之刑罰進行競合處罰，上訴人就兩案十二罪合共被判處五年三個月實際徒刑之單一刑罰（見徒刑執行卷宗第 42 至 52 頁）。

3. 上述裁決於 2016 年 10 月 31 日轉為確定。
4. 上訴人於 2015 年 2 月 1 日被拘留 2 天，並自同年 2 月 3 日起被羈押於澳門監獄。
5. 上訴人之刑期將於 2020 年 5 月 1 日屆滿。
6. 在第 CR2-15-0108-PCC 號卷宗內被判處 2 年實際徒刑，按照該徒刑刑罰，上訴人於 2017 年 2 月 1 日服滿所有刑期，且於 2016 年 6 月 1 日服滿申請假釋所取決之三分之二刑期，為此，刑事起訴法庭已於 2016 年 6 月 1 日審批上訴人的首次假釋申請，並作出否決有關申請之批示（見卷宗第 54 至 56 頁）。
7. 本案中，上訴人已於 2018 年 8 月 1 日服滿刑期的三份之二，並在 2018 年 7 月 31 日被否決本案第一次假釋申請。
8. 上訴人已於 2016 年 2 月 5 日支付第 CR2-15-0108-PCC 號卷宗所判處之訴訟費用，以及於 2019 年 7 月 10 日支付第 CR2-16-0132-PCC 號卷宗所判處之部分訴訟費用，至於賠償金方面則仍未支付（見徒刑執行卷宗第 21 頁至第 23 頁背頁及第 60 頁，以及本卷宗第 119 頁及第 165 至 166 頁）。
9. 上訴人是首次入獄，並為第三次聲請假釋。
10. 上訴人報讀了獄中的語文及英文小學回歸教育課程，另其曾於 2016 年 5 月至同年 6 月參與獄中的派發包頭及走火樓梯清潔的職業培訓，其後因參與上述學習課程而沒有再申請參與職訓工作。此外，上訴人在獄中曾參與宗教活動。

11. 根據上訴人在監獄的紀錄，上訴人在服刑期間行為表現為“良”，屬信任類，曾於 2018 年 2 月 5 日違反「持有或販運金錢或未經監獄允許之物件」及「與監獄外部進行欺詐性通訊，或在隔離情況下與監獄內部進行欺詐性通訊」之獄規，因而於同年 4 月 26 日被處以收押紀律囚室並剝奪放風權利 30 日的處分。
12. 上訴人入獄後，其姐姐及一些同鄉朋友會間中來澳前往監獄探望。
13. 上訴人表示倘獲准假釋出獄，將返回內地生活；工作方面，上訴人將按家人的安排在一服裝公司擔任業務經理的工作。
14. 監獄方面於 2019 年 6 月 24 日向初級法院刑事起訴法庭提交了假釋案的報告書。
15. 上訴人同意接受假釋。
16. 刑事起訴法庭於 2019 年 7 月 31 日的裁決，不批准上訴人的假釋，理由為：

“根據澳門《刑法典》第 56 條第 1 款的規定，假釋的形式要件是囚犯須服刑達三分之二且至少已服刑六個月，實質要件則是在綜合分析囚犯的整體情況並考慮到犯罪的特別預防和一般預防的需要後，法院在被判刑者回歸社會和假釋對法律秩序及社會安寧的影響兩方面均形成有利於囚犯的判斷。

囚犯的情況已符合上述形式要件。

就實質要件，在特別預防方面，根據社工報告顯示，除了在前次否決假釋批示中已曾提及之回歸教育課程語文科及英文科、過往於 2016 年 5 月至同年 6 月短期參與的派發包頭及走火樓梯清潔的職業培訓，以及獄內的宗教活動外，未見囚犯有其他更進一步之正面服刑表現，可以說，有關服刑情況與審理囚犯前

次假釋申請時幾近無異，且綜觀囚犯自 2015 年 2 月入獄以來長達四年半的整體服刑表現，對於正值青壯年的囚犯而言，當中可供本法庭考量之屬有利其獲得假釋的正面因素實在有限。

另一方面，須指出，儘管獄方對囚犯服刑行為的總評價維持於“良”的級別，但根據監獄就是次程序所製作之假釋報告，顯示囚犯曾於 2018 年 2 月 5 日違反「持有或販運金錢或未經監獄允許之物件」及「與監獄外部進行欺詐性通訊，或在隔離情況下與監獄內部進行欺詐性通訊」之獄規，因而於同年 4 月 26 日被處以收押紀律囚室並剝奪放風權利 30 日之處分。對於囚犯在服刑已有三年之時仍作出違規行為的情況，尤其是在監獄場所私自使用電話此一違規行為之高度嚴重性，可見其單在監獄這個小社會中仍未能做到安份守紀的最基本要求，守法意識仍顯薄弱，因而未能反映出囚犯已從被判處的徒刑刑罰中汲取教訓，故此，本法庭對於其現時是否已確切悔悟仍存有保留。

縱觀囚犯在獄中之表現，考慮到其所實施之多項犯罪的嚴重性、過往生活與人格方面的演變情況，本法庭認為目前囚犯仍未具備適應誠實生活的能力及意志，因此對其一旦提早獲釋能以負責任的態度在社會安份地生活並不再犯罪方面並無充足信心。所以，囚犯的情況不符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項所規定的給予假釋的實質條件。

除上述在特別預防方面的因素外，為決定是否給予假釋，還必須顧及在一般預防犯罪及維護社會與法律秩序方面的考慮，而不單取決於囚犯本人是否已具備重新納入社會的主觀有利因素，更重要的是考慮這類罪犯的假釋所引起的消極社會效果。就本案囚犯的情況，尤其在一般預防方面，囚犯是次所服徒刑

源自兩個判刑卷宗所判處之刑罰，有關罪行包括兩項連續犯的「公務上之侵占罪」及十項「相當鉅額詐騙罪」，根據有關已證事實，作為內地居民的嫌犯與同夥為賺取不法利益，特意來澳犯案，並在作為莊荷的其中一名同夥所任職之娛樂場內佯裝賭客，且於該同夥當值之賭枱投注，倘開彩輸掉時則由該名任職莊荷之同夥在乘人不備時將注碼移向勝利一方位置，從而假裝有關投注為正確且作出派彩，隨後再按協議分取藉此所取得之不法款項，而兩案所涉及之金額合共高達千萬港元。由此足見囚犯與其同夥是有預謀犯案，故意程度甚高，不法性及情節均十分嚴重，實應予以高度譴責，其行為對社會安寧及法律秩序，以至是澳門作為博彩旅遊城市之良好形象均造成嚴重的負面影響。

須指出，儘管上述負面因素在量刑時已被考慮，但是，在決定假釋時仍必須將之衡量，考究將囚犯提早釋放會否使公眾在心理上產生無法接受之感，會否對社會秩序產生重大衝擊。

考慮到澳門社會的現實情況，提早釋放囚犯將引起相當程度的社會負面效果，妨礙公眾對被觸犯的法律條文之效力所持有的期望，故基於有需要對有關犯罪作一般預防的考慮，本法庭認為，提前釋放囚犯將有礙法律秩序的權威及社會的安寧，因此，不符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 b 項所規定的給予假釋此一必備實質要件。

綜上所述，並經考慮檢察院及監獄獄長之意見，本法庭認為由於提早釋放囚犯 A 並不符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項及 b 項的規定，故決定否決其假釋申請，囚犯必須服完不足一年的剩餘刑期。

執行澳門《刑事訴訟法典》第 468 條第 4 款及第 5 款的規定，
將本批示通知囚犯及送交有關副本。
通知路環監獄及有關判刑卷宗。
作出通知及採取必要措施。”

三、法律方面

上訴人認為已經符合假釋的條件，提出刑事起訴法庭不批准假釋的裁決違反了《刑法典》第 56 條第 1 款的規定。

現就上述上訴理由作出分析。

根據《刑法典》第 56 條規定，當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判徒刑者假釋：經考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超逾五年。實行假釋須經被判刑者同意。

因此，是否批准假釋，首先要符合形式上的條件，即服刑已達三分之二且至少已滿六個月，另外，亦須符合特別預防及一般犯罪預防的綜合要求的實質條件。

在特別預防方面，法院需綜合罪犯的犯罪情節、以往的生活及人格，再結合罪犯在服刑過程中的表現，包括個人人格的重新塑造，服刑中所表

現出來的良好的行為等因素而歸納出罪犯能夠重返社會、不會再次犯罪的結論。

而在一般預防方面，則需考慮維護社會法律秩序的要求，即是，綜合所有的因素可以得出罪犯一旦提前出獄不會給社會帶來心理上的衝擊，正如 Figueiredo Dias 教授的觀點，“即使是在對被判刑者能否重新納入社會有了初步的肯定判斷的情況下，也應對被判刑者的提前釋放對社會安定帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望的可能性加以衡量和考慮，從而決定是否應該給予假釋”；以及所提出的，“可以說釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響是決定是否給予假釋所要考慮的最後因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。”^[1]

本案中，上訴人已服滿刑期的三分之二，亦超過了六個月，符合形式上的條件。

上訴人非為本澳居民，首次入獄。上訴人在服刑期間行為表現為“良”，屬信任類，曾於 2018 年 2 月 5 日違反「持有或販運金錢或未經監獄允許之物件」及「與監獄外部進行欺詐性通訊，或在隔離情況下與監獄內部進行欺詐性通訊」之獄規，因而於同年 4 月 26 日被處以收押紀律囚室並剝奪放風權利 30 日的處分。

服刑期間，上訴人報讀了獄中的語文及英文小學回歸教育課程，另其曾於 2016 年 5 月至同年 6 月參與獄中的派發包頭及走火樓梯清潔的職業培訓，其後因參與上述學習課程而沒有再申請參與職訓工作。此外，上訴人在獄中

^[1] In Direito Penal Português, Ao Consequências Jurídicas do Crime, 1993, pp. 538-541.

曾參與宗教活動。

上訴人入獄後，其姐姐及一些同鄉朋友會間中來澳前往監獄探望。

上訴人表示倘獲准假釋出獄，將返回內地生活；工作方面，上訴人將按家人的安排在一服裝公司擔任業務經理的工作。

上訴人被判刑的兩案所觸犯的公務上之侵占罪及相當鉅額詐騙罪，涉及多項侵犯他人財產的犯罪，且犯罪性質惡劣，情節嚴重，以及有關罪行對社會安寧及法律秩序造成嚴重的負面影響。因此，對上訴人的提前釋放將損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望。此外，近年來非本澳人士在澳從事犯罪活動屢見不鮮，因此一般預防的要求亦須相對提高。

在服刑期間，上訴人曾違反監獄紀律的紀錄。上訴人近一年的表現雖然有所改善，獄方對其行為的總評價為“良”，結合上訴人所犯的多項嚴重罪行的背景，僅憑上訴人近年在服刑期間的表現並不足以使法院就上訴人提前獲釋後能否誠實生活不再犯罪作出有利的判斷，法院仍需更多時間觀察上訴人的行為。

考慮上訴人的過往表現，尤其是上訴人在服刑期間的行為未能顯示上訴人的人格在其服刑期間的演變已足夠良好以至可合理期待其提前獲釋後不會再次犯罪。

故此，上訴人仍未具備所有的假釋條件，尤其是《刑法典》第 56 條第 1 款 a) 項及 b) 項所規定的條件。

因此，上訴人提出的上訴理由不成立。

四、決定

綜上所述，本合議庭決定判處上訴人 A 的上訴理由不成立，因而維持原審法院的裁決。

判處上訴人繳付 3 個計算單位之司法費，以及上訴的訴訟費用。

訂定上訴人辯護人辯護費為澳門幣 1,800 圓。

著令通知。

2019 年 9 月 26 日

譚曉華（裁判書製作人）

蔡武彬（第一助審法官）

司徒民正（第二助審法官）